



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006901-93.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**
 Requerente: **GIULIA MEISEGEIER CATTANI**
 Requerido: **DETRAN SP Departamento Estadual de Transito e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

VISTOS.

Trata-se de Ação Declaratória c.c. Obrigação de Fazer com pedido de antecipação dos efeitos da tutela proposta por **GIULIA MEISEGEIER CATTANI** em face do **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE SÃO PAULO – DETRAN/SP** e **DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM – DER** objetivando a nulidade do bloqueio que impede a emissão de sua CNH definitiva, bem como a transferência das pontuações, objeto dos Autos de Infração de Trânsito nºs 1K1325303, 1K0086633 e 1K0293503, para os reais condutores. Aduz que não é responsável pelo cometimento das infrações descritas na inicial e que, no prazo determinado pela legislação, indicou os verdadeiros condutores, razão pela qual as pontuações não deveriam estar cadastradas em seu prontuário.

A antecipação dos efeitos da tutela foi indeferida (fls. 93/94). Desta decisão a autora interpôs Agravo de Instrumento (98) ao qual foi negado provimento pelo E. Tribunal de Justiça (fls. 142/147).

Citado o Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo – DETRAN/SP apresentou contestação (fls. 131/139). Arguiu, preliminarmente, ilegitimidade passiva, requerendo ao menos que seja reconhecida a existência de litisconsórcio passivo necessário. No mérito, afirma que a autora não cumpriu as disposições contidas no artigo 257, § 7º, do CTB e no artigo 4º, da Resolução nº 404 de 12.06.2012. Requereu a improcedência do pedido.

Réplica às fls. 148/149.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Oficiado, o DER informou ter rejeitado a indicação dos condutores feita pela requerente, uma vez que ela deixou de encaminhar cópia de identificação do proprietário do veículo (fls. 155/161).

O feito foi sentenciado, tendo o Egrégio Tribunal de Justiça anulado a sentença, a fim de que fosse determinado o cumprimento do artigo 115, parágrafo único do CPC/2015, citando-se o DER para os termos da presente ação.

Citado (fls. 230), o DER apresentou contestação (fls. 231/240), afirmando que a requerente, ao protocolar o seu pedido de transferência da pontuação, não cumpriu as disposições da Resolução nº 04/2012 do CONTRAN, uma vez que não foi anexado ao requerimento o documento do proprietário do veículo automotor.

Réplica às fls. 243/245.

É o relatório .

Fundamento e decido.

Passa-se ao julgamento imediato da ação – nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil –, pois a matéria é unicamente de direito, não havendo necessidade de se produzir prova em audiência.

Não é o caso de se acolher a preliminar invocada pelo DETRAN. Isso porque, de fato, é dele a competência para inclusão ou exclusão de pontuação nos prontuários de condutores, conforme previsão contida no art. 3º, §3º da Portaria 151 do DETRAN: "As modificação ou exclusões de pontuação somente poderão ser realizadas pelos diretores das unidades de trânsito do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/SP, sob sua exclusiva responsabilidade, utilizando-se as mesmas transações disponibilizadas para tal finalidade, através do código e senha de acesso destinados ao sistema de autenticação digital".

Conforme o disposto no art. 6º, § 1º, da Resolução n.º 182/05 do CONTRAN, aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito que aplicam penalidades, no caso, o DER, cabe, tão-somente, efetuar a respectiva comunicação aos órgãos de registro da habilitação do infrator quais sejam, Detran e Ciretrans -, sendo os últimos os responsáveis pela anotação e manejo dos pontos daí provenientes.

No mais, o pedido merece acolhimento.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Com efeito, analisando os autos, em especial as cópias das Notificações de Autuação por Infração à Legislação de Trânsito trazidas aos autos pelo DER (fls. 156/161), observa-se que, de fato, a requerente indicou, no prazo legal, os verdadeiros condutores, instruindo as indicações com cópia da CNH dos infratores.

Da informação do DER juntada às fls. 155, extrai-se que o motivo pelo qual as indicações de condutores feitas pela requerente foram rejeitadas foi a “falta de documento de identificação do proprietário do veículo”.

Ora, a negativa da transferência das pontuações sob tal argumento, com o consequente impedimento à expedição da CNH definitiva da requerente configura excesso de formalidade que não se coaduna com os fins pretendidos pela legislação que rege a matéria.

Isso porque a falta de documento de propriedade do veículo é suprida por simples consulta ao sistema informatizado do requerido, não se mostrando razoável o impedimento da expedição de sua CNH definitiva.

Neste sentido é a Jurisprudência:

“TRÂNSITO. IDENTIFICAÇÃO DE CONDUTORES, PARA TRANSFERÊNCIA DE PONTOS NO CADASTRO DE TRÂNSITO, DEPOIS DE VENCIDO O PRAZO INSCRITO NO § 7º DO ART. 257 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. - O prazo de 15 dias inscrito no § 7º do art. 257 do Código de Trânsito Brasileiro, tempo cifrado à identificação do infrator perante a repartição de trânsito, é prazo para providência de caráter burocrático, não se vistando na lei aplicável que se estenda a correspondente reclusão administrativa para também interditar o revolvimento judicial da matéria. - Aliás, o tempo de preclusão administrativa somente equivale ao de algum óbice judiciário, quando, no que concerne à órbita jurisdicional, seja prazo de caducidade ou de prescrição. – Diante de documentação idônea da anuência de terceiro quanto à infração que lhe foi atribuída, cabe reconhecer a almejada transferência da pontuação no cadastro de trânsito, visto que extirpada a dúvida sobre a autoria infracional em tela. Não provimento da apelação.” (Apelação nº 0022771- 90.2012.8.26.0344, 11ª Câmara de Direito Público, Rel. Des. Ricardo Dip, j. Em 11.03.2014).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Desse modo, comprovada a indicação dos reais condutores pela parte autora, cabe reconhecer a almejada transferência da pontuação no cadastro de trânsito, uma vez que dúvidas não há acerca da autoria infracional.

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito, para reconhecer o direito da parte autora de obter a sua CNH definitiva, desde que, evidentemente, estejam preenchidos os demais requisitos exigíveis e inexistentes quaisquer outros óbices à expedição, bem como determinar ao DER que proceda à transferência das pontuações aos seus reais condutores, em relação aos autos de infração mencionados na inicial.

Condeno os requeridos a arcar com os honorários advocatícios que fixo 10% sobre o valor da causa, corrigido (metade para cada um), sendo isentos de custas, nos termos da lei.

Ante os elementos que evidenciam a probabilidade do direito da requerente, bem como o perigo de dano, já que ela poderá não obter sua CNH definitiva e ser impedida de dirigir, antecipo os efeitos da tutela e determino que o requerido DETRAN promova a exclusão das pontuações decorrentes dos Autos de Infração de Trânsito nºs 1K1325303, 1K0086633 e 1K0293503 e expeça a Carteira Nacional de Habilitação definitiva, desde que preenchidos os demais requisitos legais, no prazo de 15 dias, sob pena de incidência de multa de R\$ 200,00, por dia de descumprimento..

P.I.

São Carlos, 23 de maio de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**